

**FORNECIMENTO DE PEÇAS, TONERS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO,
REPARAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA AS FOTOCOPIADORAS,
IMPRESSORAS E TELEFAXES EXISTENTES NO INSTITUTO DA
SEGURANÇA SOCIAL DA MADEIRA, IP-RAM.**

PROCESSO N.º NPD 26250000099

CADERNO DE ENCARGOS

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.^a

Objeto

1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal:

- a) o fornecimento de diversas peças originais para fotocopadora (multifuncionais), impressoras e telefaxes da marca CANON, com as características e localização constantes do anexo único ao presente caderno de encargos, que requeiram reparação ou manutenção com vista ao seu adequado funcionamento;
- b) o fornecimento dos consumíveis originais e certificados pela CANON, necessários para a operacionalização dos equipamentos, com as características e localização constantes do anexo único ao presente caderno de encargos; e
- c) os serviços de reparação, manutenção e assistência técnica para os referidos equipamentos da marca CANON, com as características e localização constantes do anexo único ao presente caderno de encargos, bem como os equipamentos que vierem a ser adquiridos e/ou substituídos pela entidade adjudicante durante a vigência do contrato.

2– O objeto do presente procedimento insere-se para efeito de classificação, conforme Vocabulário Comum para Contratos Públicos (CPV), no código CPV 30124000-4 “Peças e acessórios para máquinas de escritório” e 50000000-5 “Serviços de Reparação e Manutenção”, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L74, de 15 de março de 2008.

3 – Cabe exclusivamente ao adjudicatário a verificação do estado de conservação dos equipamentos, de forma a poder apresentar proposta, com vista à reparação imediata dos equipamentos e prestação dos serviços a contratar, devendo, para o efeito, contactar o Gabinete de Sistemas de Informação para os equipamentos situados nos edifícios sede (Rua Elias Garcia, Rua do Bom Jesus e Rua da Conceição), e diretamente os responsáveis nos outros locais.

4 — Para efeitos da prestação de serviços a contratar estão incluídas 495.000 cópias/impressões mensais A4/A3 a preto/branco ou a cores, sendo que 40% são a cores e 60% são a preto e branco.

5 – O presente procedimento precedeu de autorização prévia, conforme despacho de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças datado de 2025/03/05, conforme ofício n.º SRF/3116/2025, de 2025/03/06, e do Parecer n.º 16/2025, de 2025/02/26, da Direção Regional do Património, em

conformidade com o previsto no artigo 21.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2023/M, de 22 de março.

Cláusula 2.ª

Consulta preliminar ao mercado

- 1 – Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para a preparação das peças escritas do presente procedimento pré-contratual.
- 2 – As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço-base, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
- 3 – Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

Cláusula 3.ª

Contrato

- 1 – O contrato é regulado nos termos do disposto nos artigos 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 437.º e seguintes do CCP, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
- 2 – O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são aí indicados.
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse

mesmo diploma legal.

Cláusula 4.^a

Prazo

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 3 (três anos), sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens e da prestação dos serviços, objeto do presente procedimento, no prazo estabelecido, tal como identificados na sua proposta, com qualidade, conforme a legislação em vigor;
- b) Obrigação de garantia dos bens;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico;
- d) Assegurar o cumprimento das disposições legais em vigor, no que respeita a matéria de gestão ambiental;
- e) Comunicar antecipadamente, por escrito, à entidade adjudicante, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a entrega dos bens e/ou a prestação do serviço;
- f) Obrigação de apresentação de relatório mensal de todas as intervenções e, na eventualidade de substituição de peças, a especificação das peças substituídas, com identificação do “*part number*”, e respetivos custos.

2 – No âmbito da prestação de serviços de reparação e manutenção dos equipamentos, o adjudicatário obriga-se nomeadamente a:

- a) prestar os serviços, com recurso à disponibilização de equipamentos, opções, componentes, acessórios e de soluções técnicas integradas incluindo o fornecimento dos consumíveis originais de impressão, de peças originais, dos componentes e de todos os serviços de assistência técnica necessários ao regular funcionamento de todos os equipamentos incluídos no contrato;
- b) Cumprir todas as recomendações dos fabricantes de cada um dos equipamentos que fazem parte do parque de máquinas do ISSM, nomeadamente no que se refere à sua manutenção, assistência técnica e utilização de suplentes e consumíveis, assim como de implementar as melhores práticas existentes no sector.

- c) Preparar e garantir a presença do responsável pelo contrato em reuniões técnicas de acompanhamento dos serviços prestados com a entidade adjudicante sempre que esta o solicitar, em periodicidade, local e data a combinar.
- d) Garantir que todas as operações de manutenção devem ser executadas por técnicos certificados com as qualificações e competências mínimas exigidas pela legislação em vigor.
- e) Garantir o apoio técnico para esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento dos equipamentos, bem como efetuar recomendações de forma proactiva no sentido de melhorar as condições de funcionamento, de eficiência energética e de segurança com eventuais sugestões de alterações ou modificações das instalações ou equipamentos;
- f) disponibilizar uma linha telefónica de apoio técnico para contacto em caso de ocorrência de uma avaria ou anomalia, disponível nos dias uteis entre as 9h e as 18h;
- g) recolher, remover e tratar de todos os resíduos decorrentes da manutenção, reparação ou da substituição nos termos legalmente aplicáveis.

2 – A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo e prestação de serviços.

Cláusula 6.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens e/ou da prestação dos serviços

- 1 – O adjudicatário obriga-se a fornecer à entidade adjudicante os bens e/ou a prestação dos serviços, objeto do contrato, mediante as características e especificações técnicas previstas no anexo único ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
- 2 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário ao normal e regular funcionamento dos equipamentos ou sua entrada em funcionamento.
- 3 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4 – O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 7.^a

Entrega dos bens e/ou prestação dos serviços objeto do contrato

- 1 – Os bens e as prestações de serviço de reparação, manutenção e assistência técnica objeto deste

contrato deverão ser entregues/efetuadas no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** após a respetiva notificação da entidade adjudicante.

2 – Os bens e serviços deverão ser fornecidos/prestados pelo adjudicatário nos diversos Serviços/Estabelecimentos constantes da relação inserta na listagem anexa ao presente caderno de encargos, sem quaisquer encargos adicionais para a entidade adjudicante.

3 – O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

4 – Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

5 – Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e com a respetiva instalação são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 8.ª

Garantia técnica

1 – Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características e quantidades definidas no anexo único do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2 – A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão-de-obra.

3 – No prazo máximo de 2 (dois) meses a contar da data em que a entidade contratante tenha

detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva reparação.

4 – A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 9.ª

Garantia de continuidade de fabrico

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

Cláusula 10.ª

Proteção de dados

1 – O fornecedor compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD), aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade contratante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade contratante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade contratante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou os acessos não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Prestar à entidade contratante toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do presente contrato;
- f) Manter a entidade contratante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de

dados pessoais;

g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que lhe preste serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido;

h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade contratante ao abrigo do presente contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;

l) Prestar a assistência necessária à entidade contratante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;

m) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33 do RGPD.

2 – O fornecedor é responsável por qualquer prejuízo em que a entidade contratante, ou qualquer terceiro venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Cláusula 11.^a

Objeto do dever de sigilo

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas e à proteção de segredos profissionais devidos às pessoas singulares.

Cláusula 13.^a

Preço contratual

1 – Pelo fornecimento dos bens e prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento, e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 14.^a

Preço base

1 – O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento dos bens e prestação dos serviços que constituem o objeto do presente procedimento é de **181.800,00€ (cento oitenta e um mil e oitocentos euros)**, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor aplicável, considerando como parâmetro base do preço contratual, dos quais **132.714,00€ (Cento e trinta e dois mil, setecentos e catorze euros)** correspondem ao valor da totalidade dos consumíveis a adquirir e **49.086,00€ (Quarenta e nove mil e oitenta e seis euros)** correspondem à prestação de serviços de manutenção, reparação e assistência técnica para as fotocopiadoras, impressoras e telefaxes da

marca CANON existentes no Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM.

Cláusula 15.^a

Condições de pagamento

- 1 – A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula 17.^a, deve ser paga no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após o fornecimento dos bens objeto do contrato e/ou da prestação dos serviços, consoante o caso.
- 3 – As faturas devem fazer menção ao número de compromisso atribuído nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, condição prévia para ser autorizado o respetivo pagamento, conforme estabelece o artigo 9.º da citada Lei.
- 4 – Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 5 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 16.^a

Penalidades contratuais

- 1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos bens objeto do contrato, até 10% (dez por cento) do preço contratual;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 5% (cinco por cento) do preço contratual;
 - c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e fornecimento, até 5% (cinco por cento) do preço contratual.
- 2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% (dez por cento) do preço contratual.
- 3 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1.
- 4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e

as consequências do incumprimento.

5 – A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.^a

Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.^a

Resolução por parte da entidade adjudicante

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte do adjudicatário

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando a entidade contratante ocorra em mora quanto ao pagamento de qualquer montante que lhe seja devido superior a seis meses ou quando o montante em dívida seja superior a 25% do preço contratual, excluindo juros.
- 2 – O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 – Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste, ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 20.^a

Gestor do contrato

- 1 – Nos termos do artigo 290.º-A do CCP a entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução nos termos legalmente previsto.
- 2 – Ao gestor do contrato compete-lhe ainda acompanhar e assegurar o cumprimento das obrigações relativas a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, nos termos do previsto no artigo 8.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro.

Cláusula 21.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa, antecipada e inequívoca renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende de autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 23.^a

Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que o presente caderno de encargos for omissivo, observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação em vigor.

ANEXO ÚNICO

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A) DESCRIÇÃO DOS BENS FORNECER E SERVIÇOS A PRESTAR

1 – O adjudicatário irá fornecer todas as diversas peças originais e certificadas pela marca dos equipamentos necessárias e respetiva reparação de todos os equipamentos necessitados, constantes da listagem em anexo, com vista ao seu adequado funcionamento.

2 – O adjudicatário irá fornecer todos os consumíveis originais e certificados pela marca dos equipamentos necessários para a operacionalização dos equipamentos (toner, tambor e depósito de resíduos), com exclusão do papel, acetatos e agrafes.

3 – Para além disso, o adjudicatário irá prestar os serviços de reparação, manutenção, preventiva ou corretiva, e de assistência técnica envolvendo fotocopiadoras (multifuncionais), impressoras e aparelhos de telecópia de marca CANON, constantes da listagem em anexo e todos aqueles equipamentos dessa marca que vierem a ser adquiridas pela entidade contratante na vigência do contrato.

a) Entende-se por serviço de manutenção preventiva os realizados com a regularidade necessária para reduzir os riscos de avaria do equipamento ou de degradação do serviço prestado, por forma a garantir no tempo as respetivas características a um nível o mais aproximado possível das iniciais.

b) Entende-se por serviço de manutenção corretiva os que têm por objeto repor o equipamento em condições normais de funcionamento sempre que ocorram avarias ou falhas.

c) Inclui-se o fornecimento das peças diversas e hardware necessários para garantir o bom funcionamento dos equipamentos durante o período de vigência do contrato, incluindo o seguinte:

i. Revisões, limpezas, lubrificações, afinações e testes;

ii. Detecção e reparação de todas as falhas e avarias;

iii. Fornecimento e colocação em uso de todas as peças originais e certificadas pela marca dos equipamentos necessárias ao correto funcionamento dos equipamentos, incluindo as de substituição periódica – suporte de imagem (*opc, master, etc*), rolos de fusão, pressão e lubrificação, lâmpadas, lâminas, *developers, starters*, óleo fusor, fitas, pilhas, borrachas e outras;

d) Incluem-se ainda nos serviços objeto do contrato de assistência todas as operações conexas às descritas na alínea anterior, nomeadamente:

i. Mão-de-obra necessária;

ii. Todos os encargos de transporte ou deslocação de pessoal e equipamento e respetivos riscos;

- iii. Remoção e reinstalação do equipamento, quando o serviço decorra nas instalações do adjudicatário;
- iv. Substituição temporária no todo ou em parte, do equipamento, quando haja lugar à sua inoperacionalidade por período superior a 5 (cinco) dias, por um equipamento da mesma marca com as mesmas funções e com características iguais ou superiores.

6 – Os equipamentos da marca Canon para os quais deverão ser fornecidas as peças diversas e os consumíveis e prestados os serviços de reparação, manutenção e assistência técnica (a que acresce o que for adquirido/substituído pela entidade adjudicante no decurso do contrato) é o que consta da listagem anexa.

B) LISTAGEM DE FOTOCOPIADORAS (MULTIFUNCIONAIS), IMPRESSORAS E TELEFAXES DA MARCA CANON

Multifuncionais CANON

	Modelo	Local de Instalação	Nº Série	Data de Aquisição
1	IR-C1325iF	CAO Camacha	RME17032	18/07/2017
2	IR-C1325iF	CAO Câmara de Lobos	RME18165	18/07/2017
3	IR-C1325iF	CAO Machico	RME18096	18/07/2017
4	IR-C1325iF	CAO Ponta do Sol	RME17689	18/07/2017
5	IR-C1325iF	CAO Porto Santo	RME18197	18/07/2017
6	IR-C1325iF	CAO Ribeira Brava	RME18194	18/07/2017
7	IR-C1325iF	CAO Santana	RME18263	18/07/2017
8	IR-C1325iF	CAO São Vicente	RME18270	18/07/2017
9	IR-C1325iF	CAO Sta Cruz	RME18172	18/07/2017
10	IR2530i	Centro Comunitário da Nogueira	RNV52760	16/11/2018
11	IR1435iF	Centro Comunitário do Lugar da Serra	RZR35106	16/05/2019
12	IR-C1325iF	Centro Comunitário São Martinho	RME14442	24/01/2020
13	IR-ADV C259i	Centro de Apoio a Crianças e Jovens de Câmara de Lobos	4HX05354	09/11/2023
14	IR1435iF	Centro de Convívio do Faial	RZR35003	16/05/2019
15	IR2530i	Centro de Dia da Penteada	RNV57427	16/11/2018
16	IR2230	Centro de Dia Jardim da Serra	THG01351	26/02/2008
17	IR-ADV C3720i	Centro de Inclusão Social (0ºPiso)	22F27064	25/01/2022
18	IR-ADV C3720i	Centro de Inclusão Social (1ºPiso)	22F27049	25/01/2022
19	IR-C1325iF	Centro de Inclusão Social (2ºPiso) CAO Funchal	RME18264	18/07/2017
20	IR-C1325iF	Centro de Inclusão Social (2ºPiso) Serigrafia	RME17684	18/07/2017
21	IR-C1325iF	Centro de Inclusão Social (3ºPiso) Lar/Residência	RME18276	18/07/2017
22	IR-ADV 6255i	Edif. Bom Jesus (0º Piso) Reprografia	NMY04001	17/10/2013

23	IR-ADV 6255i	Edf. Bom Jesus (0º Piso) Reprografia	NMY03998	17/10/2013
24	IR-ADV C5550i	Edf. Bom Jesus (0º Piso) Reprografia	2JC13948	08/10/2020
25	IR-ADV 4251	Edf. Bom Jesus (1º Piso) Contabilidade	QXJ01621	22/10/2015
26	IR-ADV C3730i	Edf. Bom Jesus (1º Piso) DSF_UGCD	22D00622	30/06/2021
27	IR1435iF	SVI (Rua das Hortas Nº65) Gab 20	RZR27524	16/11/2018
28	IR-ADV C257i	Edf. Bom Jesus (1º Piso) SVI	2ER18739	30/06/2021
29	IR-ADV C3330i	Edf. Bom Jesus (1º Piso) Tesouraria_SVI	QTF01807	15/10/2015
30	IR-ADV C256i	Edf. Bom Jesus (2º Piso) Antiga Informática	2MT19432	08/10/2020
31	IR-ADV C3730i	Edf. Bom Jesus (2º Piso) DGF_DN_DS	22D00625	30/06/2021
32	IR-ADV 4251	Edf. Bom Jesus (2º Piso) IBC	QXJ01657	22/10/2015
33	iR-ADV 4751	Edf. Bom Jesus (2º Piso) Pensões	25B01169	30/06/2021
34	IR5055N	Edf. Bom Jesus (2º Piso) PF_RSI_DES	DRJR07192	03/03/2011
35	IR-ADV 4251	Edf. Bom Jesus (2º Piso) RSI	QXJ01660	22/10/2015
36	IR-ADV C3830i	Edf. Bom Jesus (2º Piso) UCRI_RI_RE	4BU02161	13/01/2022
37	IR-ADV C3720i	Edf. Bom Jesus (3º Piso)	22F26488	13/01/2022
38	IR-ADV C3330i	Edf. Bom Jesus (3º Piso)	QTF01691	15/10/2015
39	IR-ADV C3530i	Edf. Bom Jesus (3º Piso) DGF - UOC	XTU10319	
40	IR-ADV C3720i	Edf. Elias Garcia (0º Piso) (junto aos gab. atend. social)	22F27025	12/01/2022
41	IR-ADV 4551	Edf. Elias Garcia (0º Piso) Dep. Informação	UNT00703	18/07/2017
42	IR-ADV 4551	Edf. Elias Garcia (0º Piso) Dep. Informação (lado da estrada)	UNT00688	18/07/2017
43	IR-ADV C3330i	Edf. Elias Garcia (0º Piso) Entrada da Secção de Expediente	QTF17236	18/07/2017
44	IR-ADV C3330i	Edf. Elias Garcia (0º Piso) GGA	QTF01767	13/10/2015
45	IR-ADV C3830i	Edf. Elias Garcia (0º Piso) Secção de Expediente	3GM00868	09/11/2023
46	IR-ADV C3330i	Edf. Elias Garcia (1º Piso)	QTF13770	18/07/2017
47	IR-ADV C3830i	Edf. Elias Garcia (1º Piso) Bastidor	4BU02171	12/01/2022
48	IR-ADV C257i	Edf. Elias Garcia (-1º Piso) CPCJ	2ER18817	30/06/2021
49	IR1435iF	Edf. Elias Garcia (-1º Piso) Dep. Aprov. e Património	RZR35000	16/05/2019
50	IR-C1325iF	Edf. Elias Garcia (-1º Piso) G. S. de Informação	RME02694	
51	IR-ADV C3830i	Edf. Elias Garcia (-1º Piso) G. S. de Informação	4BU05372	12/01/2022
52	IR-ADV C259i	Edf. Elias Garcia (-1º Piso) G. S. de Informação	4HX05601	09/11/2023
53	IR-ADV C259i	Edf. Elias Garcia (-1º Piso) G. S. de Informação	4HX05709	09/11/2023
54	IR-ADV C259i	Edf. Elias Garcia (-1º Piso) G. S. de Informação	4HX05682	09/11/2023
55	IR2530i	Edf. Elias Garcia (-1º Piso) G. S. de Informação	RNV56480	16/11/2018
56	IR-ADV C5030	Edf. Elias Garcia (-1º Piso) Reprografia	GNM20463	
57	IR-ADV C3720i	Edf. Elias Garcia (-1º Piso) Secção de Aquisições	22F26477	11/01/2022
58	IR-ADV C3720i	Edf. Elias Garcia (-1º Piso) Secção de Pessoal	22F27088	11/01/2022
59	iR-ADV C3930i	Edf. Elias Garcia (-1º Piso) Secção de Vencimentos	4TB06315	09/11/2023
60	IR-ADV C3830i	Edf. Elias Garcia (2º Piso)	4BU02172	12/01/2022
61	iR-ADV C5240	Edf. Elias Garcia (2º Piso) Bastidor	JPA09528	27/07/2024
62	IR-ADV C3830i	Edf. Elias Garcia (3º Piso)	4BU02182	24/01/2022

63	IR-ADV C3720i	Edf. Elias Garcia (3º Piso) Bastidor	22F27071	24/01/2022
64	IR-ADV C259i	Edf. Elias Garcia (3º Piso) Gabinete Jurídico (Apoio Administrativo)	4HX05695	09/11/2023
65	IR-C1335iF	Edf. Elias Garcia (3º Piso) Gabinete Jurídico (Apoio Administrativo)	RMF01477	29/10/2019
66	IR-C1335iF	Edf. Elias Garcia (3º Piso) Gabinete Jurídico (Juristas)	RME10966	27/02/2020
67	IR-ADV C3730i	Edf. Elias Garcia (4º Piso)	22D00636	08/10/2020
68	IR-ADV C3830i	Edf. Elias Garcia (4º Piso)	4BU02173	06/01/2022
69	IR-ADV C256i	Edf. Elias Garcia (4º Piso) Presidente CD	2FL11050	
70	IR-ADV 3730i	Edf. Rua Conceição D. S. de Inspeção	22D01096	30/06/2021
71	IR-ADV C3730i	Edf. Rua Conceição D. S. de Inspeção	22D01097	30/06/2021
72	IR-ADV C3830i	Edf. Rua Conceição Secção de Proc. Executivo	4BU02164	25/01/2022
73	IR-ADV C3330i	Edf. Rua Conceição Secção de Proc. Executivo	QTF00679	14/10/2015
74	IR-ADV C3830i	Edf. Tv Nogueira Arquivo e Microfilmagem	4BU02166	24/01/2022
75	IR2230	Edf. Tv Nogueira Arquivo e Microfilmagem	KJD07955	03/03/2008
76	IR2530i	Edf. Tv Nogueira Serv. Ajuda Domiciliária	RNV56496	16/11/2018
77	IR-ADV C3720i	Est. Lar Santa Isabel	22F27052	26/01/2022
78	IR1435iF	Est. Lar Vale Formoso	RZR35104	16/05/2019
79	IR-ADV C259i	Est. Lar Vale Formoso	4HX04226	09/11/2023
80	IR1435iF	Est. Lar Nossa Senhora Bom Caminho	RZR35096	16/05/2019
81	IR-ADV C256i	Est. Lar Santa Teresinha	2MT19556	08/10/2020
82	IR2530i	Est. Lar Santa Teresinha	RNV56461	16/11/2018
83	IR1435iF	Est. Vila Mar	RZR35001	16/05/2019
84	IR-C1325iF	Est. Vila Mar - Secretariado (Sara)	RME00634	21/03/2019
85	IR2530i	S. L. Arco da Calheta	RNV52758	16/11/2018
86	IR-ADV C259i	S. L. Arco de São Jorge	4HX05605	09/11/2023
87	IR2530i	S. L. Boaventura	RNV56495	16/11/2018
88	IR2530i	S. L. Calheta	RNV60785	16/05/2019
89	IR-ADV C3720i	S. L. Calheta AS	22F26469	20/01/2022
90	IR2530i	S. L. Camacha	RNV60412	16/05/2019
91	IR-ADV C3830i	S. L. Câmara de Lobos	4BU11583	09/11/2023
92	IR-ADV C3720i	S. L. Câmara de Lobos (Ação Social)	22F26487	26/01/2022
93	IR1435iF	S. L. Campanário	RZR35007	16/05/2019
94	IR1435iF	S. L. Canhas	RZR35008	16/05/2019
95	IR1435iF	S. L. Caniçal	RZR1B292	21/06/2024
96	IR3025	S. L. Caniço	SUJ00381	14/08/2007
97	IR2530i	S. L. Caniço	RNV57528	16/11/2018
98	IR2530i	S. L. Caniço (Ação Social)	RNV60787	16/05/2019
99	IR2530i	S. L. Curral das Freiras	RNV56440	16/11/2018
100	IR1018	S. L. Est. da Calheta	THW18128	17/07/2007
101	IR-ADV C3830i	S. L. Est. De Câmara de Lobos	4BU11610	09/11/2023
102	IR-ADV C3520i	S. L. Faial	XTW13201	12/06/2024

103	IR1018	S. L. Fajã da Ovelha	THW18111	17/07/2007
104	IR-ADV C5235	S. L. Machico	JWF43587	21/12/2022
105	IR1435iF	S. L. Machico	RZR35004	16/05/2019
106	IR1435iF	S. L. Monte	RZR35100	16/05/2019
107	IR1435iF	S. L. Paul do Mar	RZR25606	16/11/2018
108	IR2530i	S. L. Ponta Delgada	RNV56494	16/11/2018
109	IR1435iF	S. L. Ponta do Pargo	RZR27507	16/11/2018
110	IR2530i	S. L. Ponta do Sol	RNV56501	16/11/2018
111	IR1435iF	S. L. Ponta do Sol (Ação Social)	RZR05690	28/06/2024
112	IR1435iF	S. L. Porto da Cruz	RZR35006	16/05/2019
113	IR1435iF	S. L. Porto Moniz	RZR35102	16/05/2019
114	IR-ADV C3330i	S. L. Porto Santo	QTF01641	29/10/2015
115	IR1435iF	S. L. Porto Santo	RZR25693	16/11/2018
116	IR1435iF	S. L. Porto Santo (Ação Social)	RZR39473	13/03/2024
117	IR2530i	S. L. Prazeres	RNV57511	16/11/2018
118	IR-ADV 4235i	S. L. Quinta Grande	QXL08205	08/03/2024
119	IR2530i	S. L. Ribeira Brava	RNV60786	16/05/2019
120	IR1435iF	S. L. Ribeira Brava	RZR26370	16/11/2018
121	IR-ADV C3330i	S. L. Santa Cruz	QTF01772	13/10/2015
122	IR1435iF	S. L. Santa Cruz	RZR25837	16/11/2018
123	IR1018	S. L. Santa do Porto Moniz	THW18122	17/07/2007
124	IR2530i	S. L. Santana	RNV60790	16/05/2019
125	IR2230	S. L. Santana (Ação Social)	THG01230	27/02/2008
126	IR-ADV C3330i	S. L. Santo António	QTF15208	18/07/2017
127	IR2530i	S. L. Santo António	RNV56485	16/11/2018
128	IR-ADV C259i	S. L. São Jorge	4HX05654	09/11/2023
129	IR-ADV C3720i	S. L. São Martinho	22F27028	26/01/2022
130	IR1435iF	S. L. São Martinho	RZR35105	16/05/2019
131	IR2230	S. L. São Roque (Funchal)	THG01336	03/03/2008
132	IR-ADV C257i	S. L. São Roque (Funchal)	2ER18704	30/06/2021
133	IR-C1325iF	S. L. São Roque (Funchal) DSPAS	RME10981	09/06/2020
134	IR1435iF	S. L. São Roque do Faial	RZR35005	16/05/2019
135	IR1435iF	S. L. São Vicente	RZR35099	16/05/2019
136	IR1435iF	S. L. São Vicente	RZR25835	16/11/2018
137	IR1024A	SVI (Rua das Hortas N.º 65)	DQY09361	26/05/2009
138	IR1435iF	SVI (Rua das Hortas N.º 65) Gab 21	RZR25842	16/11/2018
139	IR1435iF	SVI (Rua das Hortas N.º 65) Gab 22	RZR26363	16/11/2018
140	IR1435iF	SVI (Rua das Hortas N.º 65) Gab 23	RZR25657	16/11/2018

Telefaxes CANON

	Modelo	Local de Instalação	Nº Série	Data de aquisição
1	i-sensys MF4870dn	Edif. Elias Garcia (-1º Piso) Secção de Pessoal	NTA11430	21/07/2003
2	i-sensys MF5980dw	Est. Lar Santa Isabel	HQK21840	29/03/2018

Impressoras CANON

	Modelo	Local de Instalação	Nº Série	Data de Aquisição
1	LBP6780	Edif. Elias Garcia (0º Piso) Espaço NET	MXDA019713	21/09/2023
2	LBP6780	S. L. Câmara de Lobos	NXDA168975	

C) Níveis de Serviço mínimos:

1 – Sem prejuízo dos níveis de serviço a concretizar, desenvolver ou a complementar em virtude das particularidades das necessidades, deve o adjudicatário cumprir, no mínimo, os níveis de serviço indicados nos números seguintes, sob pena de lhe poderem ser aplicadas sanções contratuais.

2 – Na situação normal de manutenção corrente e programada, o adjudicatário deverá planear as intervenções periódicas preventivas e programar a execução dos trabalhos, de forma a não prejudicar a normal atividade da entidade adjudicante, e informar antecipadamente da(s) data(s) e hora(s) em que pretende efetuar a manutenção, devendo o fornecimento e colocação de consumíveis ocorrer num prazo máximo de 8/24 horas a contar do momento do pedido de forma a evitar a paragem/interrupção de funcionamento dos equipamentos incluídos no contrato.

3 – No âmbito dos serviços para manutenção corretiva, estabelecem-se os seguintes níveis de prioridade:

a) Urgência – reparação de avaria ou anomalia que provocou o mau funcionamento do equipamento ou instalação, podendo chegar a ficar fora de serviço, que afeta a operacionalidade do serviço público e necessidade de rápida intervenção;

b) Normal – reparação de avaria ou anomalia que provocou o mau funcionamento do equipamento ou instalação, podendo chegar a ficar fora de serviço, que não põe em risco a segurança de pessoas e bens nem retira a operacionalidade do serviço público.

4 – Por defeito, a prioridade de todas as tarefas deve ser considerada normal, salvo indicação expressa da entidade adjudicante.

5 – Em situações consideradas de urgência:

a) O tempo de resposta máxima é de 4 horas após a realização do pedido, o que inclui a deslocação

da equipa e o acesso ao local;

b) A equipa de manutenção deverá realizar o diagnóstico da situação de avaria e, se for possível, proceder de imediato à reparação da avaria ou anomalia e repor o equipamento em funcionamento;

c) Se for necessária uma reparação que envolva a substituição de materiais e peças, o prestador de serviços deverá apresentar no prazo máximo de 24 horas após a receção do pedido a descrição detalhada dos materiais necessários, o prazo de entrega, bem como a estimativa de horas de reparação necessárias.

6 – Em situações em que o nível de prioridade indicado pela entidade adquirente é normal:

a) O tempo de resposta máximo é de 48 horas após a realização do pedido, o que inclui a deslocação da equipa e o acesso ao local;

b) A equipa de manutenção deverá realizar o diagnóstico da situação de avaria e, se for possível, proceder de imediato à reparação da avaria ou anomalia e repor o equipamento em funcionamento;

c) Se for necessária uma reparação que envolva a substituição de materiais e peças não previstas no contrato, o prestador de serviços deverá apresentar no prazo máximo de 72 horas após a receção do pedido a descrição detalhada dos materiais necessários, o prazo de entrega, bem como a estimativa de horas de reparação necessárias.

7 – Em situação de urgência, o tempo total de resolução da avaria e reposição do funcionamento do equipamento não poderá ser superior a 72 horas após a receção do pedido, descontando o eventual período de aprovação dos materiais.

8 – Em situação de prioridade normal, o tempo total de resolução da avaria e reposição do funcionamento do equipamento não poderá ser superior a 1 semana após a receção do pedido, descontando o eventual período de aprovação dos materiais.

9 – Os prazos acima definidos podem ser ultrapassados mediante acordo com a entidade adjudicante.

D) Auditorias

A qualquer momento o ISSM, IP-RAM, ou outras entidades mandatadas para o efeito, podem solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade da execução do contrato e o cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções e penalidades ou, quando aplicável, reportar as ocorrências detetadas às instâncias competentes.

E) Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização no fornecimento, de patentes, licenças e marcas registadas, estas necessárias para a execução do contrato.